

**GRUPO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA SECA 2012
- MAMAOT**

ATA da 3ª REUNIÃO

30 de março de 2012

SÍNTESE

- Situação meteorológica – Agravamento da seca no mês de março. À data de 29 de março, 85% do continente encontra-se em seca extrema;
- A mudança de estação torna mais difícil a previsão meteorológica a um prazo mais alargado, mas parece ser possível a atenuação do estado de seca;
- Os recursos hídricos estão estáveis, dependendo a sua evolução das temperaturas e da precipitação que ocorrerem futuramente;
- Continua a verificar-se que os principais impactos da seca estão a ocorrer nas pastagens e forragens, com a consequente falta de alimentos para os animais, principalmente na pecuária extensiva;
- A área ardida até 30 de Março foi de 18 300 ha , sendo superior ao normal e a maior área ardida desde 2001 para igual período;
- As medidas definidas para atenuar os efeitos negativos da seca foram apresentadas, ficando disponíveis no dia da reunião no sítio do GPP;
- A Resolução de Conselho de Ministros nº 37/2012 criou a CPMAS, apoiada por um Grupo de Trabalho mais alargado que o anterior e que irá reunir na última 3ª feira de cada mês;
- Quinzenalmente reunir-se-á um Grupo de Trabalho mais restrito, composto pelas entidades nomeadas para o grupo que estava em funcionamento, acrescido da ANPC e da DGAL;
- Será elaborado pelo Grupo de Trabalho quinzenalmente um relatório, que será apresentado ao Sr. SEA, que reportará, por sua vez, à CPMAS, as conclusões e propostas apresentadas no mesmo;
- Os contributos das diversas entidades deverão ser enviados para o endereço eletrónico GTseca2012@gpp.pt

LOCAL/DATA/PRESENCAS/AGENDA/COORDENAÇÃO

1. Local e data da reunião

A 3ª reunião do Grupo de Acompanhamento e Avaliação dos Impactos da Seca 2012 (Grupo de Trabalho alargado conforme RCM nº 37/2012) realizou-se no dia 30 de Março de 2012, nas instalações do MAMAOT, no Terreiro do Paço, pelas 9h 30m.

2. Presenças na Reunião

As presenças na reunião constam do anexo à ata, dela fazendo parte integrante.

3. Ordem de Trabalhos (O.T.)

I. Introdução pelo Sr. Secretário de Estado da Agricultura da Resolução de Conselho de Ministros de 15/03/2012

II. Informações sobre o funcionamento do anterior Grupo de Trabalho

III. Definição das atribuições e funcionamento do novo Grupo de Trabalho

IV. Diversos

4. Coordenação

Presidiu à reunião o Sr. Secretário de Estado da Agricultura, Eng.º José Diogo Albuquerque.

DESENVOLVIMENTOS

5. Introdução pelo Sr. Secretário de Estado da Agricultura da Resolução de Conselho de Ministros de 15/03/2012 **(Ponto I da OT)**

6. Informações sobre o funcionamento do anterior Grupo de Trabalho e Definição das atribuições e funcionamento do novo Grupo de Trabalho **(Pontos II e III da OT)**

Secretário de Estado da Agricultura

Explicou que até ao momento tem funcionado um Grupo de Trabalho, constituído por entidades do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT), com atribuições nas áreas da meteorologia, ambiente, agricultura e regadio, veterinária, conservação da natureza e florestas e financiamento, que tem assumido a monitorização e avaliação dos efeitos produzidos pela seca. O Grupo integrou as seguintes entidades:

- Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP), que coordena;
- Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.;
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.;
- Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I. P.;
- Direção-Geral de Alimentação e Veterinária;
- Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas, I. P.;
- Direções Regionais de Agricultura e Pescas;
- Autoridade de Gestão do PRODER.

Explicou que o agravamento da situação meteorológica registado durante os dois últimos meses, levou a que os impactos da seca se fizessem sentir já noutros domínios. Para que o País se encontre preparado para uma atuação adequada caso a situação evolua para pior, foi criada, pela Resolução de Conselho de Ministros nº de 37/2012 de 15 de março, uma Comissão de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento da Seca (CPMAS), constituída por membros do Governo, que será apoiada pelo Grupo de Trabalho. O Grupo Alargado passa a incorporar também as seguintes entidades:

- Direção-Geral do Território
- Direção-Geral do Orçamento;
- Autoridade Tributária e Aduaneira;
- Direção-Geral dos Assuntos Europeus;
- Instituto Nacional de Estatística;
- Autoridade Nacional de Proteção Civil;
- Direção-Geral das Autarquias Locais;
- Direção-Geral de Geologia e Energia;
- Direção-Geral das Atividades Económicas;
- Direção-Geral da Saúde;
- Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

Referiu que um subgrupo, constituído pelas entidades que já se encontravam em atividade (no grupo inicial), acrescido da Autoridade Nacional de Proteção Civil e da Direção Geral das Autarquias Locais, continuará a reunir-se quinzenalmente e a elaborar um relatório com a mesma periodicidade que é publicado no sítio do GPP. Este grupo poderá vir a incluir outras entidades, consoante os temas em análise. O GT alargado vai reunir-se mensalmente, na última 3ª feira de cada mês, entre as 15 e as 17 h.

Referiu as medidas definidas que visam colmatar ou atenuar as consequências da seca, as que já se encontram em vigor e as que estão a ser preparadas, que se distribuem por 3 grupos

- Medidas comunitárias, onde estão incluídas todas as derrogações e antecipações de pagamentos;
- Medidas de carácter nacional, como a subvenção ao setor de bovinos, ovinos e caprinos, linha de crédito para vários setores, com prioridade para o da pecuária extensiva, a reativação do apoio à eletricidade, a isenção da Taxa de Recursos Hídricos e as medidas de carácter fiscal e parafiscal;
- Medidas de logística, com ou sem custos, no apoio e divulgação no terreno, como ajuda ao abastecimento de alimentos grosseiros nas explorações.

Indicou que as medidas iriam ser divulgadas no dia da reunião no sítio do GPP.

Alguns organismos apresentaram as conclusões dos levantamentos efetuados até 29 de março, nas suas áreas de intervenção, relativos aos efeitos da seca.

Intervenções

Instituto de Meteorologia (a integrar o Instituto Português do Mar e da Atmosfera)

Foi referido que:

- A 29 de março de 2012 cerca de 85% do território encontrava-se em seca extrema e 15% em seca severa, segundo o índice PDSI;
- Nas mudanças de estação torna-se mais difícil fazer previsões das condições meteorológicas;
- Poderá haver instabilidade meteorológica durante as próximas semanas, no entanto, não se prevê uma melhoria significativa da situação;
- É possível uma atenuação da gravidade da situação de seca.

Instituto Nacional da Água (a integrar a Agência Portuguesa do Ambiente)

Nas várias bacias hidrográficas ainda se verifica uma regularidade dos volumes de água. A situação não se alterou significativamente comparativamente com as últimas semanas.

Existe a possibilidade dos volumes armazenados diminuírem se durante os meses de primavera/verão ocorrer muita evaporação.

Referiu que a Proteção Civil deverá estar envolvida devido a situações localizadas de escassez de água.

Relativamente à Convenção sobre Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas, referiu que desde fevereiro, as barragens do Douro e do Tejo estão excecionadas.

Autoridade Florestal Nacional (a integrar o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas)

Referiu que os incêndios florestais, comparativamente aos anos de 2009 e de 2005, registaram grande agravamento. Já arderam 18 300 ha. Se chover a situação atenuar-se-á, caso não chova, a situação complicar-se-á.

Autoridade Nacional de Proteção Civil

Questionou sobre a ligação desta Comissão com a Comissão de Gestão de Albufeiras.

Falou na questão da gestão das albufeiras ser muito importante, para o abastecimento público (humano). Nas grandes cidades não deverá haver problemas ao nível da falta de água, mas, pontualmente, noutros locais a situação poderá ser grave.

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Para além dos incêndios, a abastecimento da água também é relevante. Alertou para a importância da atuação da Comissão de Gestão de Albufeiras.

Autoridade Tributária e Aduaneira;

Fez referência a que:

- Os sujeitos passivos inscritos nas atividades agrícolas, no ano de 2011, foram pagos 4.728 reembolsos, situando-se o prazo médio de pagamento em 50 dias;
- Existe um regime de exceção de reembolso mensal disponível a qualquer operador, no entanto os sujeitos passivos para poderem beneficiar no exercício de 2012 deste regime teriam de ter solicitado a sua inscrição até novembro de 2011, sendo que, no caso em apreço, a inscrição a realizar-se neste ano só produziria efeito em 2013;
- Em relação aos pagamentos por conta relativamente a 2012, desconhece a situação.

Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

Em relação aos pagamentos à Segurança Social, estima-se um montante de cerca de 6 Meuro para um período de 6 meses.

É obrigatório a entrega das declarações, mesmo daqueles que vão ter isenção.

Vai haver divulgação.

Gabinete de Planeamento e Políticas

Vai ser enviado um *template* simplificado para cada entidade preencher com a informação relevante para a elaboração do relatório de acompanhamento da seca 2012.

O Sítio do GPP terá toda a informação disponível, nomeadamente os relatórios do Grupo de Trabalho e as medidas.

O quadro das medidas é dinâmico e pode vir a ser alargado com medidas que não estejam relacionadas com a agricultura.

Direção Regional de Agricultura de Lisboa e Vale do Tejo

Foi criado um grupo de trabalho interno que estará em contacto directo com agricultores e associações de agricultores para avaliar e acompanhar a situação de Seca.

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo

No Alentejo a situação é de grande preocupação no que respeita às culturas arvenses.

Questionou se as linhas de crédito para a alimentação animal estão a ser alargadas a outras áreas.

Lisboa, 30 de março de 2012

Secretário de Estado da Agricultura